FACULDADE DE LETRAS Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

Sociologia

2º ano



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO 1991/92

FACULDADE DE LETRAS Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

XII





EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO
1991/92
378(05)

Guia do Estudante da FLUP. SOC: 2º Ano

Vol. 12, 1991-92

Publicação Anual

Dactilografia: Margarida Santos

Execução e Impressão: Oficina Gráfica

THE FRAT

Tiragem: 100 exemplares

INTRODUÇÃO



GUIA DO ESTUDANTE - 1991

<u>INTRODUÇÃO</u>

Esta 12ª edição do <u>Guia do Estudante</u>, referente ao ano lectivo de 1991-92, pretende continuar a cumprir os objectivos contemplados numa publicação deste tipo; fornecer o máximo de informação relevante a todos quantos integram a Faculdade de Letras do Porto.

Embora tendo como destinatário principal o corpo discente, o Guia será igualmente instrumento útil para docentes e funcionários, em áreas tão diversas como, por exemplo, as normas de avaliação, as possibilidades de utilização da Biblioteca Central e de outros serviços ou algumas das mais recentes publicações editadas no âmbito da FLUP. Mas serão os conteúdos programáticos das cadeiras leccionadas nos diversos cursos a componente dominante desta publicação, contribuindo necessariamente para uma melhor orientação dos alunos relativamente ao estudo das diferentes matérias.

Pretende assim o Conselho Directivo, para além da articulação sempre fundamental com os restantes órgãos de gestão e com a Associação de Estudantes, delinear as principais linhas de força do funcionamento da Faculdade em 1991-92 e sublinhar alguns dos direitos e deveres que os membros da FLUP terão no seu quotidiano e no seu horizonte.

Porto e Faculdade de Letras, Setembro de 1991

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes Conselho Directivo Conselho Científico Conselho Pedagógico Conselho Administrativo Conselho Consultivo.

SERVIÇOS DA FACULDADE

A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições

" de Equivalências
de Mudanças de Curso.

Horário normal de abertura ao público:
de 2ª a 6ª feira: 12H00 - 16H00

Encerra ao Sábado.

B - Tesouraria

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feira: 9H30 - 11H30 14H30 - 16H30

Encerra ao Sábado.

C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Biblioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os alunos devem possuir o cartão de leitor, revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

- 1. Tipos de leitura:
- a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);

na Sala de Obras de Referência (livre acesso);

- b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.
- 2. Sala dos Catálogos:
- a) Onomástico
- b) Didascálico
- c) CDU (Classificação Decimal Universal)
- c) Cardex (Publicações Periódicas)
- d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)
- e) Base de dados local.

Como aceder à Base Nacional de Dados Bibliográficos:

1. Digite: GEAC.

- 2. Carregue tecla ENTER.
- 3. Digite: CAT.
- 4. Siga as instruções que aparecem no écran.
- 5. Se tiver dificuldade, dirija-se ao funcionário da Biblioteca, que dará as indicações necessárias para estabelecer a ligação.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas no ficheiro da Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem tanbém obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, enciclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 18H00 Sábado: 9H00 - 11H30.

- 4. Leitura de presença
- 4.1. Obras em depósito.
- 4.1.1. Para a leitura de presença, o leitor só pode requisitar 3 obras de cada vez.
 - 4.2. Obras em livre acesso (Sala de leitura e de Referência)
- 4.2.1. A estas obras poderá o leitor aceder directamente, ficando estabelecido que não deverá voltar a colocá-las nas estantes, mas num local designado para esse efeito.
 - 5. <u>Leitura domiciliária</u>
 - 5.1. Podem ser requisitadas 3 obras diferentes simultâneamente.
 - 5.2. O empréstimo de obras para leitura domiciliária processa-se entre

as 14h e as 18h e a sua devolução deverá ocorrer impreterivelmente 48 horas depois de terem sido requisitadas.

- 5.3. As requisições das mesmas obras podem ser renovadas, quando não haja prejuízo para outros leitores.
- 6. Os alunos invisuais dispõem do aparelho <u>Optacon</u> oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.
- 7. Estão disponíveis para pesquisa em CD-ROM diversas bases de dados cuja utilização obedece a um regulamento afixado na Biblioteca.
- 8. <u>Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade</u>:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss.

<u>Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P.</u>, "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989.

<u>Trabalhos de Docentes da F.L.U.P.</u>, "Boletim Bibliográfico -Anexo II", Porto, 1989.

Núcleo das Obras que constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, 1990.

<u>Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos,</u> "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990.

Bibliografia Temática:

- 1- "Biblioteconomia e Documentação", 1989.
- 2- "Educação, Pedagogia, Didáctica", 1989.
- 3- "Biblioteconomia, Documentação, Arquivística", 1989.

Boletim de Sumários, 1988 ss.

Reservados da Biblioteca Central, 1ª ed., 1989; 2ª ed., 1990

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1991

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação (estes dependentes do INIC):

Instituto de Estudos Ingleses

- " de Estudos Norte Americanos
- " de Estudos Germanísticos
- " de Geografia
- " de Cultura Portuguesa
- de Arqueologia

- " de Documentação Histórica Medieval
 - de Filosofia e História da Filosofia
 - " de História de Arte
 - de Língua Portuguesa
 - " de Literatura Comparada
 - de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
 - " de Sociologia
 - " de Ciências da Educação

Sala Francesa

- " Brasileira
- " Espanhola
- " Neerlandesa
- " de História Moderna
- " de História Medieval

Centro de História

- de Linguística
- " de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

C - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público: 2º a 6º feira: 8H30 - 19H30 Sábados: 9H00 - 12H30.

BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00 Encerra ao Sábado, normalmente.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos. Chama-se particular atenção para a área reservada à viatura da Faculdade, que deve manter-se sempre desimpedida.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:

2^a a 6^a feira - 7H30 - 23H00 Sábados- 7H30 - 13H00.

ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura História (Variante Arte; Variante Arqueologia) Filosofia

Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est. Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)
Geografia

Sociologia.

- B Cursos Profissionalizantes:
- a) Ramo educacional:

regime transitório

regime normal (3° e 4° anos).

- b) Tradução (regimes transitório e normal).
- C Cursos de pós-graduação:
- a) Mestrados: História Medieval
 História Moderna e Contemporânea
 História da Arte

Arqueologia

- b) Curso de Especialização em Ciências Documentais Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"
 - D Curso de Português para Estrangeiros.

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

1. RAMO EDUCACIONAL:

Regime transitório:

- 1º ano
- a) obrigatoriedade de frequência mínima a 2/3 das aulas;
- b) os alunos que concluem a licenciatura têm direito a candidatar-se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;
 - c) equivalências concedidas:
- em Filosofia: Filosofia da Educação <u>a</u> Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa a Metodologia do Inglês.

2º ano:

- a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;
 - b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);
- c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro em princípio só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Candidaturas à inscrição, no 3º ano, nas disciplinas de: "Introdução às Ciências da Educação" (ICE), em todos os cursos,

"Psicologia e Desenvolvimento da Aprendizagem" (PDA), em História e Filosofia.

- 2. Para poder candidatar-se ao ramo educacional regime normal o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).
- 3. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1° e do 2° ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

- I O regulamento dos estágios da FLUP, com a fórmula para o cálculo da classificação final, encontra-se publicado na Port. 659/88.
- II Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.
- III Informa-se que a Unidade de Apoio aos Alunos Deficientes (UAAD), da Pró-Reitoria da Universidade (Acção Social Universitária e Assistência Médica), presta apoio psico-social e médico-pedagógico aos estudantes invisuais. Neste âmbito a UAAD promove também a passagem de textos de apoio em Braille, com a colaboração da Associação de Cegos do Norte de Portugal.

No que concerne a aquisição do material específico, por parte destes alunos, dispõem os mesmos de cassetes, a preço mais acessível, no Centro de Documentação e de material didáctico dos Serviços Sociais da Universidade do Porto (SSUP).

Mais se informa que a Pró-Reitoria aguarda uma resposta da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sobre uma proposta de colaboração para a gravação de textos de estudantes invisuais da Universidade do Porto.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

Regime transitório:

a) possibilidades:

Variante de Est. Port/Ingl - Trad. Port./Ingl.

- Est. Port./Franc. Trad. Port./Franc.
- " Est. Franc./Ingl. Port./Ingl ou Port./Franc.
- " Est. Ingl./Alem. Port./Ingl. ou Port./Alem.;

b) podem candidatar-se os interessados que possuam a licenciatura nas variantes atrás indicadas (e nas condições fixadas na Port. 850/87), devendo fazê-lo nos dois primeiros concursos abertos após a conclusão desse grau.

Regime normal - 3° e 4° anos de todas as variantes de LLM com línguas estrangeiras

- a) Possibilidades: todas as variantes de LLM que integrem línguas estrangeiras.
 - b) Critérios de selecção:

os candidatos devem estar em condições de passagem para o 3º ano (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso e desde que nenhuma delas seja a língua em que o interessado pretende fazer o Curso de Tradução).

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.

2. Reingressos, transferências, mudanças de curso:

Editais afixados em 8 de Outubro (inclusive)

Inscrições: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

Reclamações: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

- 3. Mudança de variante em LLM: os pedidos dos alunos da FLUP só podem ser considerados depois de terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram.
- 4. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

- 1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto <u>Indicações Úteis aos Alunos</u>, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.
- 2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a microradiografia.

NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 19.7.91)

No desempenho das funções que lhe competem segundo os Estatutos da Universidade do Porto e os Estatutos da Faculdade de Letras e de acordo com a legislação em vigor, o Conselho Pedagógico aprovou as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1991-1992. Estas Normas contêm algumas alterações de fundo relativamente às normas vigentes no ano anterior, por se ter entendido que era necessário reajustar alguns dos critérios às necessidades que a prática pedagógica demonstrou existirem. Em alguns outros casos entendeu-se por bem ser-se mais claro e rigoroso na formulação dessas mesmas normas; finalmente, o Conselho achou útil reordenar as várias cláusulas, a fim de tornar mais simples e operacional a sua consulta.

A. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Arto 1º - Caracterização das modalidades de avaliação

- 1. Admitem-se as seguintes modalidades de avaliação:
 - a. Avaliação contínua.
 - b. Avaliação periódica.
 - c. Avaliação final.
- 2. No âmbito destas três modalidades de avaliação há ainda a considerar que certas disciplinas funcionam com provas de tipo especial, tais como:
 - a. Trabalhos de campo.
 - b. Trabalhos de investigação.
- 3. Fora do âmbito das três modalidades de avaliação referidas, há ainda o caso especial das disciplinas que funcionam em <u>seminário</u> e que têm requisitos especiais regulamentados separadamente.
- 4. Poderá existir uma combinação de avaliação contínua com avaliação periódica ou final nos termos do ponto A, artigo 4ª das presentes normas.

Arto 2º - Apresentação do plano de avaliação

- 1. No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina, deverá o docente apresentar o plano de avaliação e dialogar com os alunos acerca dos seus duferentes aspectos, com explicitação dos objectivos pedagógico-didácticos, modalidades de avaliação, critérios, e instrumentos de avaliação a utilizar.
- 2. Este plano de avaliação terá em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:
 - a. Número de alunos.
 - b. Número de docentes.
 - c. Natureza da disciplina e conteúdos leccionados.
- 3. Todos os alunos devem tomar conhecimento desde o início do ano lectivo do plano de avaliação de cada uma das disciplinas em que estão inscritos. Em caso algum poderão invocar desconhecimento desse plano nos momentos de avaliação.

B. AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Arto 3 - Tipos de provas

- 1. A modalidade de avaliação contínua consiste na realização complementar ou em alternativa de vários tipos de provas: trabalhos escritos e orais, relatórios de leitura ou de trabalho de campo, elaboração de bibliografias críticas, testes escritos e orais, ou outras.
- 2. Uma das provas tem de ser um teste escrito realizado na própria sala de aula e em presença do docente.
- 3. Os alunos devem ser e estar claramente informados sobre qual o número mínimo de provas necessárias para a aprovação.
- 4. Os alunos devem ser e estar informados sobre todos os elementos de avaliação, incluindo os trabalhos orais e a participação oral nas aulas, assim como dos critérios de ponderação adoptados.
- 5. As classificações de avaliação contínua devem ser regularmente comunicadas ao aluno.
- 6. As classificações de avaliação contínua são ponderadas em números inteiros na escala de 0 a 20 para efeitos de afixação nas pautas oficiais, conforme o estipulado no artigo 18º destas normas.

Artº 4 - Funcionamento das aulas

- 1. A avaliação contínua pode ser realizada em qualquer tipo de disciplina, em turmas cuja frequência média não exceda 30 alunos.
- 2. Em certos casos pode haver alteração desse número mediante prévia autorização do Conselho Pedagógico.
- 3. De modo a possibilitar a realização da avaliação contínua, as disciplinas podem ser organizadas em turmas teóricas e turmas práticas (1 teórica + 2 ou 3 práticas), sem prejuízo da carga horária prevista na distribuição de serviço dos docentes e mediante acordo prévio do Conselho Directivo no que respeita à ocupação de salas.
- 4. Caso exista uma nítida distinção entre aulas teóricas e aulas práticas, uma mesma disciplina pode funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente às aulas teóricas; avaliação contínua relativamente às aulas práticas. Em caso de avaliação negativa na componente teórica, a classificação que o aluno tenha obtido na componente prática em avaliação contínua, desde que positiva, é considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.
- 5. As disciplinas ou turmas que funcionam no regime de avaliação contínua podem ter aulas durante a interrupção motivada pelas primeiras provas de avaliação periódica, mediante acordo entre professor e alunos.

Arto 5 - Exigência de presença às aulas

- 1. A avaliação contínua obriga à presença do aluno no mínimo em 2/3 das aulas.
- 2. A presença dos alunos é verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.
- 3. Na situação dos números 3 e 4 do artigo 4º, os alunos ficam obrigados a este regime de presenças apenas em relação às aulas práticas.

Arto 6 - Inscrição e desistência

- 1. A inscrição nesta modalidade de avaliação é feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.
- 2. Os alunos podem desistir da avaliação contínua, tendo direito a submeter-se à avaliação final na época normal primeira época, até ao fim do primeiro período de avaliação periódica, no caso das línguas vivas; e até à primeira aula da disciplina a seguir às férias da Páscoa, nas restantes disciplinas.
- 3. A desistência efectua-se por comunicação escrita, datada e assinada e entregue pessoalmente ao professor.

Arto 7 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação contínua é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme o estipulado nos artigos 13° e 15° das presentes normas.

C. AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Arto 8 - Tipos de provas

- 1. O número de provas a realizar é no mínimo de duas, sendo uma obrigatoriamente na presença do docente e podendo a outra ser um trabalho realizado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno.
- 2. Nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo, estes terão um estatuto próprio e a sua realização deve ser previamente acordada entre docente e alunos, assim como os critérios e a ponderação da avaliação respectiva.
- 3. Quaisquer outras provas, orais e escritas, que venham a ser realizadas no âmbito de cada disciplina são facultativas excepto no caso das línguas vivas conforme o estipulado no artigo 12°.
 - 4. As provas só podem incidir sobre matéria leccionada até 8 dias

antes da sua realização.

5. Sempre que as classificações das provas que excedam o número mínimo de duas sejam consideradas para efeito de média final, devem ser publicadas em pauta como as restantes.

Arto 9 - Repescagem

- Os alunos em avaliação periódica têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realizar simultaneamente com a primeira chamada do exame final da época normal.
- 2. A nota de uma das provas de avaliação periódica tem de ser obrigatoriamente positiva para o aluno poder realizar a prova de repescagem.
- 3. Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete valores numa das provas, ou a ela tenham faltado, têm direito a repescagem sobre a matéria respeitante àquela prova nas condições do ponto 2.
- 4. Não realizam prova de repescagem os alunos que tenham obtido numa das provas 8 ou 9 valores desde que a média final das notas seja positiva.
- 5. A nota obtida na prova de repescagem anula a nota da prova que substitui.
 - 6. Em caso algum a prova de repescagem se destina a melhoria de nota.
- 7. Para que os alunos se considerem aprovados em avaliação periódica, a média final tem de ser positiva e em nenhuma das provas obrigatórias a nota pode ser igual ou inferior a sete valores.

Artº 10 - Inscrição e desistência

- A inscrição do aluno nesta modalidade de avaliação considera-se efectiva pela sua presença na primeira prova de avaliação periódica.
- 2. Alunos que não compareçam à primeira prova, mas queiram optar por esta modalidade de avaliação, devem informar o responsável da cadeira até dez dias úteis após o reinício das aulas.
- Presume-se que um aluno que não cumpra com o disposto em nenhum dos dois pontos acima referidos optou pela modalidade de avaliação final.
- 4. Um aluno que não compareceu à segunda prova de avaliação periódica perde, por isso, o direito a esta modalidade de avaliação salvo se comunicar ao professor até três dias úteis após a realização da mesma que tenciona manter-se nesta modalidade.
- 5. Presume-se que um aluno que não cumpra com o procedimento referido no ponto 4 deste artigo optou pela avaliação final.
 - 6. A desistência de uma prova durante a sua realização equivale à

classificação de zero valores.

7. Um aluno que compareça a duas ou mais provas de avaliação periódica perde o direito à desistência desta modalidade de avaliação, não podendo realizar exame final na época normal.

Artº 11 - Reprovação e direito à época de recurso

- 1. O aluno em avaliação periódica que não tenha tido classificação positiva na primeira prova, compareça à segunda e não tenha igualmente classificação positiva nesta ou dela desista, considera-se reprovado.
- 2. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação periódica é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme os artigos 13° e 15° das actuais normas.

Arto 12 - Tipos de provas em línguas vivas

- 1. Sem prejuízo do exposto nos artigos 8°, 9° e 10°, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais.
- 2. As provas escritas são em número de duas e precedem a oral, obrigando a uma média mínima de nove valores, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.
- 3. Cabe aos docentes fixar o momento de realização, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a fixação dos resultados das provas escritas, segundo o estipulado no arto 19.
- 4. A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas e segundo o estipulado no artigo 18º destas normas.
- 5. Em línguas vivas a prova oral funciona sempre como uma prova autónoma com a finalidade de avaliar a capacidade de expressão oral do aluno, não podendo nunca ser entendida como prova de repescagem das provas escritas.
- 6. Para efeitos de média final nenhuma das três provas realizadas pode ter uma classificação inferior a oito valores.

D. AVALIAÇÃO FINAL

Arto 13 - Tipo de provas

- 1. O exame final é constituído por uma prova escrita e, se necessário ou requerido, uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta.
 - 2. Na época normal de exames finais realizam-se duas chamadas por

cada disciplina nas provas escritas, sendo esse número de apenas uma nas restantes épocas, isto é, época de recurso e época especial.

- 3. Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final, esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que para tal haja acordo entre professor e aluno; a ponderação desse trabalho na nota final deverá corresponder à da parte prática do exame final.
- 4. Segundo o artº 9 da Portaria nº886/83 de 22 de Setembro e resolução do Conselho Científico da FLUP de 28 de Maio de 1984, os alunos podem realizar exames a duas disciplinas anuais ou quatro semestrais na época de recurso.
- 5. Segundo as mesmas portaria e resolução referidas no ponto anterior, na época especial (normalmente em Dezembro), os alunos podem prestar provas de exame final a duas disciplinas anuais ou quatro semestrais (no máximo), desde que com a aprovação em tais disciplinas reúna as condições necessárias à obtenção de grau ou diploma.

Artº 14 - Exames para melhoria de classificação

- 1. Os alunos podem requerer melhoria de classificação numa das duas épocas consecutivas àquela em que tenham obtido aprovação na respectiva disciplina.
- 2. Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de classificação no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas respectivas, têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministrar(em) os referidos programas.
- 3. Os alunos podem requerer melhoria de classificação relativamente a qualquer disciplina e sem restrição numérica de disciplinas.
- 4. No exame para melhoria de nota prevalece a classificação mais elevada.

Arto 15 - Provas orais em avaliação final

- 1. As provas orais devem realizar-se em salas de aula abertas ao público e perante um júri constituído por um número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.
- 2. Cabe aos docentes determinar o momento da realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita correspondente.
 - 3. A nota mínima de admissão à prova oral é de oito valores, tendo

em conta os arredondamentos fixados no arto 18.

- 4. Os alunos que obtenham na prova escrita nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral sem que, no entanto, lhes seja vedado requerê-la no prazo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita.
- 5. Sempre que se realize uma prova oral em avaliação final, o resultado será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral, arredondada para números inteiros, na escala 0 a 20, segundo o estipulado no art^o 18.
- 6. Nas disciplinas de línguas vivas a prova oral é sempre obrigatória, excepto no caso referido no ponto 3 deste artigo.
- 7. O regime de obrigatoriedade da prova oral pode ser estendido a qualquer outra disciplina que não as línguas por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o Conselho Científico.

E. TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO E SEMINÁRIOS

Artº 16 - Definição de trabalho de investigação

- 1. Considera-se um trabalho de investigação um trabalho em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedeça a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docente(s) e aluno ou grupo de alunos.
- 2. Os critérios, métodos, prazos e formas de realização devem ser discutidos com o docente no início da realização do trabalho; o docente deve acompanhar de perto a elaboração do trabalho em todos os seus trâmites.
- 3. Os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho podem ter uma classificação diferenciada em função da sua participação individual desde que essa diferenciação seja obejctivamente fundamentada e esta possibilidade tenha sido comunicada pelo docente no início do trabalho.

Artº 17 - Seminários

- 1. Os seminários são disciplinas incluídas nos <u>currícula</u> das licenciaturas e designadas enquanto tal nos termos da legislação em vigor.
- 2. Para efeitos de avaliação, docente e aluno ficam obrigados a participar num número de reuniões a determinar no início do seminário.
 - 3. A avaliação a realizar nessas reuniões é de natureza qualitativa.
- 4. Para todos os efeitos consideram-se essas reuniões equivalentes a provas de qualquer outro sistema de avaliação ainda que sem prejuízo dos

trabalhos a realizar.

5. Os trabalhos de investigação realizados no âmbito dos seminários obedecem às normas estipuladas no artigo 16.

F - APRESENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E SUA APLICAÇÃO Arto 18 - Forma de apresentação das classificações

- 1. Todas as notas relativas a provas ou a trabalhos que servem de fundamento à classificação final são publicadas sob a forma de nota quantitativa (escala de 0 a 20) em pautas datadas e assinadas pelo docente da disciplina.
- 2. As classificações afixadas em pauta são apresentadas em números inteiros.
- 3. Para o cálculo de médias finais as décimas são arredondadas à unidade por defeito até ao meio valor, exclusive, e por excesso a partir do meio valor, inclusive.
- 4. Quaisquer outras escalas utilizadas pelo docente no âmbito das suas classificações terão de ser convertidas à escala referida nos pontos anteriores para efeitos de classificações finais e periódicas.

Arto 19 - Prazos de afixação das classificações

- Os resultados da primeira prova de avaliação periódica devem ser afixados até, no máximo, 30 dias antes da realização da segunda prova de avaliação periódica.
- Os resultados da segunda prova de avaliação periódica devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização da prova de repescagem respectiva.
- 3. Os resultados dos exames devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização das provas orais respectivas, com indicação explícita do dia e hora em que estas se realizam.
- Os resultados das provas orais devem ser afixados no próprio dia em que as provas se realizaram.
- 5. Os resultados dos exames da época de recurso devem ser afixados até 24 horas antes da data do início do prazo das inscrições nas disciplinas do ano lectivo seguinte.
- 6. Estes prazos vigoram sem prejuízo de quaisquer outros que os Conselhos Pedagógico e Directivo venham a determinar e publicitar em tempo oportuno.

G - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E CONSULTA DAS PROVAS Art° 20 - Consulta das provas

 Os alunos têm direito de consultar as suas provas e outros elementos de avaliação depois de classificadas, desde que na presença do docente.

2. Em caso de prestação de prova oral os alunos têm o direito de

conhecer a classificação da prova escrita correspondente.

3. Caso o Conselho Pedagógico considere existir alguma irregularidade processual nas classificações ou lhe seja remetido algum requerimento apontando tais irregularidades, tomará as providências que entender necessárias no sentido de resolver a situação.

Artº 21 - Condições de prestação de provas e casos de fraude

- 1. No início de cada prova o docente deve informar claramente os alunos acerca das condições de prestação da prova.
- 2. Em caso de fraude comprovável o docente deve anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.
- 3. Caso haja apenas suspeitas de fraude deve o docente comunicar todas as informações sobre a sua fundamentação ao Conselho Pedagógico, o qual tomará posição depois de ouvidas todas as partes envolvidas.
- 4. No caso de fraude grave comprovada o Conselho Pedagógico comunicará o facto à secção disciplinar do Senado Universitário.

Artº 22 - Identificação dos alunos no momento de prestação de provas

- 1. Os docentes encarregados de vigiar quaisquer provas têm o direito de exigir aos alunos documento comprovativo da sua identidade.
- 2. Os docentes encarregados de vigiar provas de avaliação periódica e exames finais devem fazer circular uma folha de presenças e recolher as assinaturas de todos os alunos presentes; essa folha de presenças devidamente datada e rubricada, deve ser entregue ao docente responsável da disciplina juntamente com as provas respectivas.

H - CALENDÁRIO DE PROVAS

Artº 23 - Direito a reclamação relativa ao calendário de provas

1. Dadas as dificuldades na elaboração do calendário nos cursos com múltiplas variantes, está previsto um prazo para reclamações relativas a

coinciências de provas de disciplina do mesmo ano. O prazo é de 48 horas (dias úteis) depois de afixados o calendário das provas.

2. As reclamações devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico e entregues à Secretaria da Faculdade; o Presidente do Conselho Pedagógico delegará num ou mais membros deste Conselho o poder de resolução destas situações.

<u>Calendário das provas em 1991-1992</u> (Aprovado na reunião do Conselho Pedagógico de 12.07.91)

Avaliação periódica:

Primeiras provas: de 10 a 29 de Fevereiro de 1992 (Reinício de aulas: 5 de Março de 1992)

Segundas provas: de 1 a 17 de Junho de 1992. (As orais de línguas vivas poderão recair entre 17 e 25 de Junho de 1992.)

Fim de aulas: 30 de Maio de 1992

Exame final:

<u>Época normal:</u> de 25 Junho a 13 de Julho de 1992. (Entrega de termos até 20 de Julho de 1992.)

Época de recurso: de 10 a 25 de Setembro de 1992

A proposta de as provas das cadeiras específicas do Ramo Educacional serem realizadas dentro do prazo das restantes foi aprovada pelo do Conselho Pedagógico em 19/07/91.

PUBLICAÇÕES:

1. REVISTAS

Revista de Faculdade de Letras:

História, II série: 1984 ss. Filosofia, II série: 1985 ss.

Línguas e Literaturas, II série: 1984 ss.

Geografia, 1985 ss.

Portugalia (Instituto de Arqueologia), nova série, 1980 ss

Runa, Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos (Coedição do Instiuto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984 ss.

Revista Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 1990 ss.

2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

Bibliografia Cronológica da Espiritualidade em Portugal. 1501-1700, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo II", 1988

<u>Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão. Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão</u> (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras-Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989

FARDILHA, Luís Fernando de Sá - <u>Poesia de D. Manoel de Portugal.</u>
<u>I - Prophana</u>, Edição das suas fontes, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo IV", 1991

<u>"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928,</u> Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

3. TRABALHOS PUBLICADOS EM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES:

FERNANDES, José Alberto V. Rio - <u>A Foz. Contribuição para o Estudo do Espaço urbano do Porto, Porto, INIC/FLUP, 1985</u>

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - O Desembargo Régio (1230-1433), Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Medieval - 5", 1990

MARQUES, Helder - Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Ensaio de Geografia Humana, Porto, INIC/FLUP, 1985

MARQUES, João Francisco - <u>A Parenética Portuguesa e a Dominação</u> <u>Filipina</u>, Porto, INIC/Centro de História (UP), "História - 6", 1986

MARQUES, João Francisco - <u>A Parenética Portuguesa e a Restauração - 1640-1668</u>; 2 vols., Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Moderna e Contemporânea - 2", 1988

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro - Abordagem a Alguns Aspectos

da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico do "Token Test" e de Materiais de Metodologia Complementar, Porto, INIC/Centro de Línguística (UP), "Linguística - 8", 1988

3.1. Com o NÚCLEO DE ESTUDOS FRANCESES DA UNIVERSIDADE DO PORTO:

3.1.1. REVISTA:

Intercâmbio, 1990

3.1.2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

BRITO, Ferreira de - <u>Nas Origens do Teatro Francês em Portugal</u>, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - <u>Revolução Francesa</u>. <u>Emigração e Contra-Revolução</u>, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - <u>Voltaire na Cultura Portuguesa. Os Tempos e os Modos</u>, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991 3.2. Com a BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO:

EIRAS, Adriano - <u>Faculdade de Letras do Porto 1919-1931.</u>

<u>Contribuição para a sua História</u>, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

PUBLICAÇÃO DE ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS REALIZADOS OU PARTICIPADOS PELA FLUP:

O Porto na Época Moderna (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), "Revista de História", Porto, INIC/Centro de História UP, vol. II, 1979, vol. III, 1980

Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Novembro de 1983), "Portugalia", Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986

II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval (Novembro de 1985), 3 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

I Congresso de Literaturas Marginais (Faculdade de Letras do Porto, Abril de 1987) (No prelo)

<u>Victor Hugo e Portugal. Actas do Colóquio (No Centenário da sua Morte)</u> (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fondation Calouste Gulbenkian, 1987

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras -

Instituto de Estudos Ingleses, 1988)

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988)

Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua época", 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos

Descobrimentos Portugueses, 1989

Encontro de Literatura Suiça (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1989), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

<u>Eça e "Os Maias"</u>, I Encontro Internacional de Queirosianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA FACULDADE (Divulgação interna): CONSELHO DIRECTIVO:

Guia do Estudante, Porto, 1980/81 ss.

Faculdade de Letras, 1988-1989, Porto, 1989

Dissertações Académicas, Porto, 1991

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA (CENPA):

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia, Porto, Universidade do Porto - Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1986

PEREIRA, Gaspar Martins - O Douro. A Vinha, o Vinho e a Região de Pombal a João Franco, Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1990

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (AEFLUP):

1. Revista

Humanidades, 1982 ss.

PROGRAMAS

NOTA: Os programas que se seguem encontram-se aprovados pelo Conselho Científico para o ano lectivo de 1991-92. As indicações constantes das bibliografias são da responsabilidade dos respectivos docentes.

	·	

PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO

Docente: Prof. Doutor Manuel Augusto Ferreira da Silva

- 1. Evolução das ideias sociais e políticas e a definição da situação do indivíduo e dos grupos sociais nas suas relações com o poder e com a história.
- 2. A racionalidade científico-técnica e o seu impacto sobre as componentes normativa e expressiva das culturas. Dialéctica do sistémico e do existencial. O problema dos valores.
- 3. Intervenção da racionalidade científica na ordem política. Modificação do conceito de sistema político. A racionalidade em questão.
- 4. O homem, a realidade social e a legitimação da acção. A liberadde e as instituições, o poder e a violência, a violência e o discurso, a justiça e a democracia.

BIBLIOGRAFIA

ARENOT, H. - Condition de l'homme moderne, Paris, Calmann-Lévy, 1983

- "- Du mensonge à la violence, Paris, Calmann-Lévy, 1972
- "- Le système totalitaire, Paris, Seuil, 1972

ARON, R. - <u>Dix-huit leçons sur la société industrielle</u>, Paris, Gallimard, 1962

- "- L'opium des intellectuels, Paris, Calmann-Lévy, 1968
- "- Les désillusions du progrès, Paris, Calmann-Lévy, 1969
- "- Marxismes imaginaires, Paris, Gallimard, 1970

BAUDRILLARD - <u>La société de consommation</u>, Paris, Gallimard, 1974

BOBBIO, N. - <u>Direito e Estado no pensamento de Emmanuel Kant,</u> Brasília, Edit. Univ. de Brasília, 1984

CHATELET, F.; PISIER-KOUCHNER - Les conceptions politiques du XXe. siècle, Paris, PUF, 1981

CHEVALIER, J.J. - <u>Les grandes oeuvres politiques de Machiavel à nos jours</u>, Paris, Colin, 1970

DEUTSCH, K. - <u>Política e governo</u>, Brasília, Edit. Univ. de Brasília, 1983

DUVERGER, M. - <u>Introduction à la politique</u>, Paris, Gallimard, 1974 "- <u>Sociologie politique</u>, Paris, Edit. Sirey, 1966

FREUND, J. - L'essence du politique, Paris, Edit. Sirey, 1965

"- O que é a política?, Edit. Futura, 1974

FROMM, E. - <u>Psicanálise da sociedade contemporânea</u>, Rio de Janeiro, Zahar, 1965

GIDDENS, A. - <u>Capitalismo e moderna teoria social</u>, Lisboa, Presença, 1984

HABERMAS, J. - Raison et légimité, Paris, Payot, 1978 ILLICH, I. - La convivialité, Paris, Seuil, 1973

LEFEVRE, H. - Contra os tecnocratas, Lisboa, Moraes, 1968

LLANO-BALLESTEROS - Etica y politica en la sociedad democrática,

Madrid, Espasa-Calpe, 1981

MORIN, E. - <u>Introduction à une politique de l'homme</u>, Paris, Seuil, 1965

"- Pour sortir du Vingtième Siècle, Paris, Nathan, 1981 MARCUSE, H. - <u>L'homme unidimensionnel</u>, Paris, Minuit, 1968 RIESMAN - <u>La faute solitaire</u>, Paris, Arthaud, 1964 RODRIGEUZ ZUÑIGA - <u>Raymond Aron y la sociedad industrial</u>,

Madrid, Instituto de la Opinión Publica, 1973

SCHILING, K. - <u>Histoire des idées sociales</u>, Paris, Payot, 1962

SCHUTZ,A. - <u>Fenomenologia das relações sociais</u>, Rio de Janeiro, Zahar, 1979

TOUCHARD - <u>História das ideias políticas</u>, Lisboa, Europa-América, 1970

WEBBER, M. - <u>Le savant et le politique</u>, Paris, Plon, 1954 WEIL, E. - <u>Philosophie politique</u>, Paris, Vrin, 1971

ESTATÍSTICA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Docente: Dra Teresa Pérez

- 1. Preliminares.
- 1.1 Introdução.
- 1.2. Funções da Estatística.
- 1.3. Noções básicas: relações entre a Estatística e a Sociologia.
- 1.4. Fases de um trabalho estatístico.
- 1.5. Estatística e medição de variáveis.
- 1.5.1. Medidas nominais.
- 1.5.2. Medidas ordinais.
- 1.5.3. Medidas de intervalo.
- 1.5.4. Medidas de quociente ou proporção.
- 1.5.5. Tipos de variáveis.
- 2. Estatística descritiva univariada: a lógica da análise comparativa.
- 2.1. Importância da análise comparativa em Sociologia.
- 2.2. Tipos de comparações.
- 2.2.1. Comparações entre grupos.
- 2.2.2. Comparações entre um grupo e um indivíduo.
- 2.2.3. Comparação entre o resultado de um estudo e um resultado stan-
- 2.3. Operações básicas de comparação.
- 2.3.1. Organizações dos dados.
- 2.3.2. Distribuições.

dard.

- 2.3.2.1. Distribuição de frequências.
- 2.3.2.2. Distribuição percentual.
- 2.3.2.3. Distribuição acumulada.
- 2.3.3. Percentis.
- 2.4. Técnicas básicas de representação gráfica.
- 3. Caracterísiticas de uma distribuição de frequência: tendência central, dispersão e forma. A distribuição normal.
 - 3.1. Características de uma distribuição univariada.
 - 3.2. Medidas de tendência central.
 - 3.2.1. Moda.
 - 3.2.2. Mediana.
 - 3.2.3. Média aritmética.

- 3.2.4. Tipos especiais de médias.
- 3.2.5. Relação e comparação entre as medidas de tendência central.
- 3.3. Medidas de dispersão.
- 3.3.1. Desvio absoluto, desvio médio absoluto.
- 3.3.2. Variância e desvio padrão.
- 3.3.3. Variáveis normalizadas.
- 3.4. Forma de uma distribuição.
- 3.4.1. Características de assimetria e achatamento.
- 3.4.2. Medidas de forma: momento.
- 3.5. Distribuição normal.
- 3.5.1. A curva normal.
- 4. Inferência estatística.
- 4.1. Introdução.
- 4.2. Probabilidades: Noções básicas e definições.
- 4.2.1. Propriedades matemáticas das probabilidades.
- 4.2.2. Noções de análise combinatória.
- 4.3. Noções sobre amostragem.
- 4.3.1. Tipos de amostras.
- 4.3.2. Amostras aleatórias simples.
- 4.3.3. Estimadores e erros de amostragem.
- 4.3.4. Determinação do tamanho de amostra.
- 4.3.5. Outros tipos de amostragem probabilística.
- 4.3.6. Amostragem não probabilística.
- Testes de hipóteses.
- 5.1. Introdução.
- 5.2. Uso dos testes em investigação.
- 5.2.1. Formulação de hipóteses estatísticas.
- 5.2.2. Escolha do teste.
- 5.2.3. Nível de significância.
- 5.2.4. Distribuição amostral.
- 5.2.4.1. Teorema do limite central.
- 5.2.4.2. Tendência central, variabiliadde e forma de uma distribuição amostral.
 - 5.2.5. Região de rejeição: Testes unilaterais e bilaterais.
 - 6. Estatística descritiva bivariada.
 - 6.1. Distribuições bivariadas.

- 6.2. Apresentação e análise de uma tabela bivariada.
- 6.2.1. Cálculo de percentagens numa tabela.
- 6.2.2. Distribuições condicionais mais complexas.
- 6.3. Características de uma associação de duas variáveis.
- 6.4. Obtenção de medidas de associação. Independência estatística e associação perfeita.
 - 7. Medidas de associação para variáveis nominais e ordinais.
 - 7.1. Medidas de associação para variáveis nominais.
 - 7.1.1. Coeficiente Lambda.
 - 7.1.2. Coeficiente Tau-y de Goodman Krushall.
 - 7.2. Medidas de associação para variáveis ordinais.
 - 7.2.1. Tipos e cálculos de pares.
 - 7.2.2. Coeficiente Tau-a de Kendell.
 - 7.2.3. Coeficiente Gama de Goodman e Kruskal.
 - 7.2.4. Coeficiente d de Somers.
 - 7.2.5. Coeficiente Tau-b de Kendell.
 - 7.2.6. Coeficiente rho de Spearman.
- 8. Medidas de associação para variáveis de intervalo; regressão e correlação.
 - 8.1. Equações de regressão linear.
- 8.1.1. Relacção entre duas variáveis estatísticas. Equação de uma recta.
- 8.1.2. Equacção de regressão e ajuste pelo método dos mínimos quadrados.
 - 8.2. Correlação. Coeficiente r de Pearson.
 - 8.3. Matriz de correlações.
- 8.4. Considerações finais sobre a selecção e interpretação das medidas de associação.
 - 9. Testes de decisão para o uso de duas amostras.
 - 9.1. Teste da diferença entre duas médias.
 - 9.2. Teste da diferença entre duas proporções.
 - 9.3. Teste do chi-quadrado para duas amostras.
 - 9.3.1. Teste do chi-quadrado para K amostras.
 - 9.4. Testes de hipóteses de associação.
 - 9.4.1. Coeficiente de contigente c.
 - 9.4.2. Teste para o coeficiente rho de Spearman.
 - 9.4.3. Teste para o coeficiente gama.

9.4.4. Teste para o coeficiente tau.

- 10. Análise de variância.
- 10.1. Introdução.
- 10.2. Análise de variância com um só factor.
- 10.3. Outros tipos de análise de variância.
- 10.4. Testes de decisão para o caso de correlação e regressão simples.
- 10.5. Análise de variância para variáveis não paramétricas.
- 10.5.1. Análise de variância: teste de Krunskall-Wdris.
- 10.5.2. Teste de Friedman para a análise de variância com dois factores. 11. Noções de Informática.

BIBLIOGRAFIA

MANUEL GARCIA, Fernando - <u>Introducción a la estadística en Sociología</u>,

Col. "Textos", Madrid, Alianza Universidad, 1987

GRAIS, Bernard - Méthodes statistiques, Paris, Dunod, 1982

"- Statistique Descriptive, Paris, Dunod, 1982

MURTEIRA, Bento - Estatística Descritiva, Lisboa, McGraw-Hill, 1979

"- Probabilidade e Estatística, Lisboa, McDraw-Hill, 1979

MEYER, Paul - <u>Probabilidades</u>. <u>Aplicaçõs à Estatística</u>, Rio de Janeiro, LTC/LIDEL, 1983

BLALOCK, Hubert - <u>Social Statistics</u>, McGraw-Hill, Inc., 1983 APORTOL, Tom - <u>Calculus</u>, vol. II, New York, J. Wiley & Sons, 1967 CALOT - <u>Cours de Statistique Descriptive</u>, Paris, Dunod, 1969

ANÁLISE E TEORIAS DEMOGRÁFICAS

Docente: Dra Paula Maria Guerra Tavares

- I. A demografia como ciência social: eixos temáticos para uma abordagem duma sociologia da população.
 - II. Problematização do objecto de estudo da demografia.
 - 1. O pensamento demográfico até ao século XVIII.
 - 2. A perspectiva malthusiana; reacções ao pensamento de Malthus.
 - 3. A emergência da demografia científica.
- 4. Unidade e diversidade do objecto de estudo da demografia contemporânea.
 - III. A situação demográfica contemporânea.
 - 1. A situação demográfica mundial.
 - 2. A Europa no mundo, um enfoque mais concreto.
- 3. A demografia portuguesa: principais linhas de evolução e desafios demográficos.
 - IV. Estruturas demográficas e características da população.
- Estruturas demográficas e estruturas sociais da população; População e questões sociais contemporâneas;: crescimento populacional e desenvolvimento económico; crescimento populacional e recursos alimentares; crescimento populacional e urbanização; crescimento populacional e educação.
 - V. As perspectivas demográficas e modelos demográficos.
 - 1. Validade e restrições dos modelos de evolução demográfica.
 - 2. A evolução demográfica: significado e perspectivas.
- 3. O uso da perspectiva demográfica por intermédio das políticas populacionais: os contrastes demográficos do mundo contemporâneo e o crescimento zero.
 - VI. Análise demográfica.
- 1. As fontes demográficas: significado dos dados e análise dos resultados.
 - 2. Análise dos aspectos globais duma população.
 - 3. A colheita dos dados demográficos.

- 4. Qualidade dos dados demográficos: algumas medidas.
- 5. Análise dos fenómenos demográficos: natalidade e fecundidade; mortalidade; movimento natural; migrações.

BIBLIOGRAFIA

AMPARO, Rogério Roque - <u>Reestruturações demográficas</u>, <u>económicas e sócio-culturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados, in Análise social, nº21, Lisboa, 1985</u>

ARROTEIA, Jorge Carvalho - <u>A evolução demográfica portuguesa</u>, col. "Biblioteca Breve", nº 93, Lisboa, I.C.L.P., 1984

BARATA, Óscar Soares - <u>Demografia e evolução social em Portugal</u>, in Análise social, nº87, 88, 89, Lisboa, 1985

COX, Peter - <u>demography</u>, Cambridge University Press, Cambridge, 1976

GEORGE, Pierre - <u>Géographie de la population</u>, col. " Que sais-je?", n° 1187, Paris, PUF, 1967

HENRY, louis - <u>Démographie</u>, analyse et modèles, Paris, INED, 1984 MOUCHEZ, Philipe - <u>Démographie</u>, Paris, PUF, 1968

NAZARETH, J. Manuel - <u>O envelhecimento da população portuguesa</u>, Lisboa, Ed. Presença/G.I.S., 1979

- "- <u>Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais,</u> Lisboa, Universidade Nova, 1981
- "- <u>Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa</u>, Col. Métodos, Ed. Presença, 1ª ed., Lisboa, 1988
- "- Explosão demográfica e planeamento familiar, Gab. de investigações sociais, col. Análise social, Ed. Presença, Lisboa, 1982
- "- A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime, Cadernos da revista de História económica e social, nº4, Livraria Sá da Costa ed., Lisboa, 1983
- NOIN, Danil <u>La transition démographique dans le monde</u>, Paris, PUF, 1983

PRESSAT, Roland - <u>Démographie sociale</u>, 2^a ed., Paris, PUF, 1978 "- <u>Dictionnaire de la démographie</u>, Paris, PUF, 1979

SAUVY, Alfred - <u>Crescimento zero</u>, Ed. Europa-América, Lisboa, s/data

TAPINOS, Georges - <u>Eléments de démographie</u>, coll. V, Ed. Armand Colin, Paris, 1985

VERRIERE, Jacques - <u>Les politiques de population</u>, Paris, PUF, 1978 WEEKS, J. R. - <u>Sociologia de la population</u>, Alianza Universidad Textos, Barcelona, 1984

WUNSCH, G.; TERMOTE, M. C. - <u>Introduction to demography</u> analysis, Plenum Press, New York, London, 1978

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA CULTURAL

Docentes: Prof. Doutor António da Silva Costa
Dra Cristina Parente

1. Antropologia Cultural no conjunto das Ciências do Homem.

O Homem ser cultural.

Grandes domínios da antropologia e alguns domínios antropológicos particulares como: antropologia política, religiosa, desportiva, etc.

2. Investigação antropológica.

Objecto da antropologia, conceitos bases, antropologia e sociologia, alguns métodos e técnicas de investigação no campo da antropologia.

3. Elementos para uma história do pensamento antropológico

Descobertas etnológicas do séc. XVI, contributo dos navegantes portugueses.

Determinação do conceito de homem.

A antropologia como disciplina autónoma.

Solos teóricos do pensamento antropológico actual.

Trajectória da antropologia portuguesa.

4. Da natureza à cultura.

Do biológico ao cultural e ao social.

A cultura e as culturas: noções gerais, classificação das culturas e sua transmissão.

Cultura e comunicação: o homem ser cultural numa sociedade de comunicação.

Características da cultura portuguesa.

5. Domínios particulares da Antropologia

5.1. Antropologia religiosa

O sagrado e o profano como categorias sociais fundamentais.

Universalidade do fenómeno religioso.

Formas religiosas arcaicas e culturas religiosas actuais.

Metamorfose do sagrado na sociedade industrial.

Cultura portuguesa e religiosidade popular.

5.2. Antropologia desportiva

Desporto, fenómeno cultural.

Funcionamento do fenómeno desportivo no imaginário das massas populares.

Reprodução de mitos arcaicos na sociedade industrial.

Religiosidade no fenómeno desportivo: rituais festivos, fenómeno da violência.

Desporto e conhecimento do homem - hermenêutica desportiva do homem e da sociedade.

O foro português visto através do seu desporto.

6. Trabalhos de investigação

Temas abordados nas aulas.

Serão apresentados e debatidos em aulas organizadas sob forma de seminário.

<u>BIBLIOGRAFIA</u>

I. GERAL

AUZIAS, J. M. - <u>L'anthropologie contemporaine</u>, Paris, P.U.F., 1976 COLLEYN, J. P. - <u>Eléments d'anthropologie sociale et culturelle</u>, Bruxelles, Ed. U. Bruxelles, 1982

MAUSS, M. - <u>Sociologia e Antropologia</u>, Vols. I e II, S. Paulo, Ed. Pedagógica e Universitária, 1974

MESQUITELA LIMA, A. e outros - <u>Introdução à antropologia</u> <u>cultural</u>, Lisboa, Ed. Presença, 1987

TITIEV, M. - <u>Introdução à antropologia cultural</u>, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian (6ªed.), 1989

II. INVESTIGAÇÃO ANTROPOLÓGICA

AUGUERA, T. M. - <u>Metodologia de la Observacion en las Ciências</u> Humanas, Madrid, Col. Teorema, 1985

MADUREIRA PINTO, J. e Silva, A.S. (orgs.) - <u>Metodologia em</u> <u>Ciências Sociais</u>, Porto, Ed. Afrontamento, 1986

PINA DE CABRAL, J. - <u>Notas críticas sobre a Observação</u> participante no Contexto da Etnografia Portuguesa, Análise Social, vol. XIX, nº76, 1983

III. ANTROPOLOGIA RELIGIOSA

CAILLOIS, R. - L'homme et le sacré, Paris, Gallimard, 1980

DURKHEIM, E. - <u>Les Formes Elémentaires de la Vie Religieuse</u>, Paris, P.U.F., 1985

ELIADE, M. - Traité d'Histoire des Religions, Paris, Payot, 1975

ISAMBERT, F.A. - <u>Le sens du scré - Fête et Religion Populaire</u>, Paris, Ed. Minuit, 1982

TEIXEIRA FERNANDES, A. - <u>A Religião na Sociedade Secularizada</u>, Porto, Liv. Civilização, 1972

IV. ANTROPOLOGIA DESPORTIVA

BLANCHARD, K. e CHESKA, A.T. - <u>Antropologia del Desporte</u>, Barcelona, Ed. Bella terra, 1986

COSTA, A.S. - <u>Futebol de comeptição - Uma nova religião popular?</u>, Rev. Vértice, Lisboa, nº10, Janeiro, 1989

HUIZINGA, J. - Homo Ludens, Paris, Gallimard, 1977

LIMA, T. - <u>Alta competição - desporto de dimensões humanas?</u>, Lisboa, Livros Horizonte, 1981

V. ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

- DIAS, J. <u>Estudos do carácter nacional português</u>, Lisboa, Junta de Inv. do Ultramar, 1971
- "- <u>Os elementos fundamentais da cultura portuguesa</u>, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985

DIAS, J. - Rio de Onor, Lisboa, Presença, 1981

"- <u>Vilarinho das Furnas - Uma aldeia comunitária</u>, Lisboa, Imprensa Nacional, 1981

PINA DE CABRAL, J. - <u>Breves considerações sobre o Estado da Antropologia em Portugal, Antropologia Portuguesa</u>, vol.7, Universidade de Coimbra, 1989

NOTA: Nas aulas serão dadas mais referências bibliográficas relativas aos temas tratados.

METODOLOGIA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Docente: Dra Maria Isabel Correia Dias

- 1. Questões fundamentais de Epistemologia e Metodologia sociológicas (revisão e aprofundamento de algumas questões, tendo especialmente em conta a crítica das correntes fenomenologistas à tradição positivista das Ciências Sociais.
 - 2. A elaboração de um programa de pesquisa empírica.
 - 2.1. O papel da Teoria no processo de pesquisa empírica.
 - 2.2. Os meios de trabalho teórico e as fases de pesquisa.
- 2.3. Os métodos de pesquisa empírica e as técnicas de recolha e análise de informação descrição e proposta de classificação.
 - 3. Os conceitos e sua operacionalização.
- 3.1. Problemas da construção de variáveis, da medida e da lógica das relações entre variáveis.
 - 3.2. Causalidade e Explicação em Sociologia.
 - 4. Metodologia da análise extensiva.
- 4.1. Técnicas de construção de amostras representativas de uma população.
 - 4.2. Técnicas de inquérito.
- 4.2.1. O inquérito por questionário: problemas de planeamento, de elaboração e aplicação do questionário e de análise dos dados recolhidos.
 - 4.2.2. Testes e medidas de atitudes e opiniões.
- 4.2.3. As entrevistas: tipologia segundo os objectivos e a técnica de execução.
- 5. Análise de Documentos: análise docuemntal "Clássica" e análise de Conteúdo.
 - 6. Metodologia dos estudos de caso.
- 6.1. Monografia e estudo de comunidades: dos procedimentos clássicos à sua crítica e reconversão.
 - 6.2. Observação sistemática e observação participante.

- 6.3. Reflexão sobre as virtualidades e limitações de trabalho sociológico no terreno.
 - 6.4. Abordagem biográfica: histórias da vida e genealogias.
 - 7. Pesquisa orientada para a intervenção: a investigação-acção.
- 8. Experimentação: a extensão do método das Ciências Naturais às Ciências Humanas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira - <u>A</u> <u>Investigação nas Ciências Sociais</u>, Lisboa, Presença, 1982

BARDIN, Laurence - Análise de Conteúdo, Lisboa, Ed. 70, 1979

BLALOCK, Hubert - <u>Introdução a la Investigación Social</u>, Buenos Aires, Amorroty, 1970

BULMER, Martin (ed.) - <u>Sociological Research Methods - an Introduction</u>, Londres, MacMillan

GARCIA FERNANDO, Manuel - <u>Introducción a la Sociesta dística</u>, Madrid, Alianza

GHIGLIONE, Rodolphe; MATHALON, Benjamim - <u>Les enquêtes</u> sociologiques - théorie et pratique, Paris, Armand Colin, 1978

GRAWITZ, Madeleine - <u>Méthodes des sciences sociales</u>, Paris, Dalloz, 1964

JAVEAU, Claude - <u>L'enquête par questionnaire</u>, Éditions de l'Université de Bruxelles, Paris, 3^a Edição

MAINZ, Renalt; HOLM, K.; HOEBNER, P. - <u>Introduction to empirical sociology</u>, Middlesess, Penguin, 1976

MILLS, Charles Wright - <u>A Imaginação Sociológica</u>, Rio de Janeiro, Zahar, 1980

PINTO, José Madureira - <u>Questões de Metodologia Sociológica</u>, (I), (II), "Cadernos de Ciências Sociais, nº1,2,3, Porto

RILEY, Matilda W.; NELSON, Edward E. (orgs.) - <u>A observação</u> <u>Sociológica</u>, Rio de Janeiro, Zahar

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) - Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, 1987

PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO

O programa será distribuído oportunamente pelo docente.

LÍNGUA VIVA II (Instrumento de Trabalho) - Inglês

Docente: Dr. Ian Charles Rowcliffe

WORK AS A DEFINING QUALITY

You'll make a million bucks uo there.

Leadership and Followership.

Social Research.

Documents of Life.

A Linguist.

A Lifeguard.

A Street Vendor.

In and Out of Work.

Casual Labour.

Some Investigations.

YOUTH

The ways of the young.

Music as a Youth Phenomenon

WELFARE

Theory of welfare.

Designing for the dole.

Reforming the welfare monster.

Welfare spurs family breakdown.

SOCIOLOGY OF HEALTH

Introduction.

Stirring Up Trouble.

The Lessons of AIDS.

Trends in AIDS.

How the Other Half Dies.

Child Abuse.

The Moral Society.

Developing Social Norms.

Identity - Who am I?

She didn't understand what went wrong. (Do you?) Teens Need Family not Bureaucrats. Gratification of Prejudice.
Situational Factors in Prejudice.
Changing Prejudice.

TOWN PLANNING

Community.

How to manage housing.

Urban regeneration.

Dual approach on homelessness.

The ghost of Rachman.

Thamesmead: the new model town.

Thatcher's blueprint for the inner cities.

Consequences of Bad Town Planning.

Stalk Shout for Shelter.

Plan Your Own Town.

BIBLIOGRAPHY

The Futurist May/June 1990. Interview July 1990. The Sciences 9/90 Scientific American May 1990. Human Behaviour 1978. Insight 1987. New Society 1986/7/8.

WRENCH, D. - <u>Psychology</u>. A <u>Social Approach</u>. McGraw-Hill Inc. 1969

LÍNGUA VIVA II (Instrumento de trabalho) - Francês

Docente: Dra Isabelle Serra

Objectifs generaux

- 1. Développement de l'oralité.
- 2. Connaissance du Français écrit: acquisition d'un vocabulaire utile et nuancé; performances créatives.
- 3. Approfondissement des connaissances grammaticales acquises en première année.

Programme

- 1. Amélioration de la compétence orale:
- 1.1. Déchiffrage de documents.
- 1.2. Exercices de mimétisme.
- 1.3. Présentation de textes, exposés, débats.
- 2. Elargissement des compétences à l'écrit:
- 2.1. Compte rendus et commentaires de textes.
- 2.2. Résumés de textes.
- 2.3. Orthographe.
- 3. Perfectionnement des compétences grammaticales:
- 3.1. Vérification des acquis.
- 3.2. Systématisation des connaissances.
- 3.3. Étude et emploi des tournures idiomatiques.
- 3.4. Sensibilisation à la notion de variété de discours.

NOTE.

- a) La bibliographie sera fournie lors du premier cours.
- b) L'épreuve orale de fin d'année (obligatoire pour tous les étudiants portera sur les textes étudiés en cours dans le courant de l'année.

ÍNDICE

Pensamento Social e Político
Estatística para as Ciências Sociais
Análise e Teorias Demográficas
Introdução à Antropologia Cultural
Metodologia e Técnicas de Investigação
Princípios Gerais do Direito
Língua Viva II - Inglês
Língua Viva II - Francês